



JORNAL DA

FORÇA SINDICAL

Órgão Informativo Oficial da FORÇA SINDICAL RJ
ANO 6 • EDIÇÃO EXTRA • MAIO 2015
www.fsindicalrj.org.br

RIO DE JANEIRO



Força RJ diz NÃO à terceirização da atividade fim

A votação do PL 4330/2004, de autoria do ex-deputado federal e empresário Sandro Mabel, e sua aprovação pela Câmara dos Deputados caiu como bomba no movimento sindical do Rio de Janeiro. A Força RJ, que em 2013 estava presente na invasão que paralisou a votação desse nefasto projeto de lei na CCJ da Câmara e acabou engavetando essa ameaça à CLT na época, foi e sempre será contra a terceirização da atividade fim e teme que a terceirização da atividade meio alastre essa praga pelo mercado de trabalho, já mal das pernas diante da crise econômica que empurra a conta da corrupção e dos desgovernos para o bolso do trabalhador.

Não bastasse as demissões em massa, os atrasos nos salários, a indústria estagnada, a importação superando a produção, a desvalorização da mão de obra nacional através da precarização das relações de trabalho, a regulamentação da terceirização não pode ser vista de outra forma senão como mais uma ameaça aos direitos trabalhistas regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e à obrigatoriedade de concurso público para preenchimento de vagas em empresas públicas, tais como PETROBRAS, CORREIOS, Banco do Brasil, Caixa Econômica, CEDAE e outras.

Por isso, como em 2013, a Força RJ já se prepara para compor a força tarefa que lutará pela rejeição do PL 4330/04 no Senado e estará nas ruas, ou onde for, para exigir que, caso os senadores, como a maioria dos deputados, votem a favor dos empresários, a presidente Dilma use seu poder de VETO e garanta a sobrevivência e o respeito à CLT.

A Força RJ entende que é preciso garantir direitos e dignidade aos trabalhadores terceirizados, objetivo do deputado Paulinho ao apresentar emendas, em comum acordo com quatro das seis centrais sindicais, que garantem a soberania dos Sindicatos na defesa desses trabalhadores e suas categorias, já que só a Súmula 331 do TST (Tribunal Superior do Trabalho) já

Diga

NÃO

à terceirização sem limite

Diga NÃO ao PL 4.330/2004

não conseguia mais conter o crescimento da terceirização em várias bases (na Construção Civil, por exemplo, ela já atinge 90% da mão de obra no município do Rio), justamente por falta de regulamentação dessa manobra dos patrões e das empreiteiras. Mas a Força RJ sempre se manteve convicta na certeza de que a terceirização da atividade fim é uma emenda pior que o soneto e não vai se calar diante de tamanho desrespeito à classe trabalhadora.

“A Força Sindical do Rio de Janeiro nunca foi e nunca será a favor da terceirização. Estão nos impondo uma pecha que não é verdade. Mas não podemos ser omissos, vendo a exploração e não agir. O rolo compressor ia passar por cima dos trabalhadores e dos Sindicatos, porque nós trabalhadores somos minoria no Congresso. Os relatores iam passar o rodo na gente. E, para tentar salvar alguma coisa nessa avalanche, vieram as emendas do deputado Paulinho. Mas a luta continua, companheiros. Porque somos uma central que luta e defende o trabalhador, doa a quem doer”, ressaltou Francisco Dal Prá, presidente da Força RJ.



Dal Prá, presidente da Força Rio: “Estão nos impondo uma pecha que não é verdade”

Veja o que os Sindicatos filiados à Força



“Nós, aeroviários, já somos massacrados por uma terceirização que acaba com a unidade sindical e fragiliza o trabalhador. Sou contra. Sempre fui contra. Não vejo isso com bons olhos nem posso aceitar que a classe trabalhadora não se una contra mais essa ameaça”

Rui Pessoa, presidente do Sindicato dos Aeroviários do Município do Rio de Janeiro.

“No Comperj, onde a maioria é terceirizada, são 29.700 trabalhadores sem receber férias e 13º salário. Isso é correto? É preciso coibir o abuso da terceirização. A preponderância sindical e o reconhecimento do Sindicato da categoria também precisam ser discutidos. Mas é preciso ter claro que se deixarmos a terceirização da atividade fim passar, os trabalhadores serão explorados igual laranja. Enquanto tem caldo, serve; quando chegar no bagaço, joga fora e coloca outro no lugar. Onde fica a dignidade do trabalhador?”



João Paulo Cunha, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campos dos Goytacazes e Região

“Quer queira, quer não, a terceirização já existe de fato. Nós da Construção Civil enfrentamos no dia a dia a precarização das relações de trabalho que ela traz. A regulamentação se faz necessária, mas temos a obrigação de preservar os direitos da classe trabalhadora lutando firmemente contra a terceirização da atividade fim”

David de Souza, diretor do Sindicato da Construção Civil do Rio e secretário geral da Força RJ



“Sou homem de uma palavra só. Não passei a vida toda contra a terceirização para agora achar que ela pode melhorar a situação da classe metalúrgica na Baixada Fluminense. Empresas estão fechando em Duque de Caxias por falta de demanda ou prejudicadas por políticas equivocadas de impostos. Estou em plena campanha salarial numa grande montadora na minha região, onde a preocupação maior, além de garantir aumento salarial, é

preservar os postos de trabalho que já existem.

Se vier a terceirização, vai ser um Deus nos acuda. Se eu tiver que optar entre minha base e partidos políticos, fico com minha base. Vou defender minha categoria hoje e sempre, com coerência e responsabilidade”

Carlos Fidalgo, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Duque de Caxias e vice presidente do Solidariedade RJ

Força RJ pensam sobre a terceirização:

Fotos: Divulgação Sindicatos e Arquivo Força RJ

“Nós da Cedae já estamos sofrendo com a terceirização há vários anos e temos visto os trabalhadores terceirizados sendo desrespeitados em seus direitos e garantias trabalhistas, como a isonomia, por exemplo. Em 2013, em conjunto com outros sindicalistas do Rio e de outros estados, invadimos a CCJ e paralisamos a votação desse nefasto projeto, que assombra as empresas públicas de economia mista no país. Nossa disposição não mudou. Agora, vamos ao Senado, em defesa dos direitos do trabalhador”

Marcelo Peres, FST (Frente Sindical Trabalhista) e Secretária de Imprensa e Comunicação Força RJ



“A terceirização da atividade fim é o desmonte da CLT em seus 72 anos. Nossa categoria sofre os malefícios da terceirização há anos e não podemos aceitar que ela se alastre feito praga, acabando com direitos conquistados a duras penas pelo movimento sindical brasileiro”

Alex Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Combustíveis de Niterói

“O PL 4330/2004 é o retrocesso dos direitos trabalhistas, a escravidão disfarçada do século 21 e o fim do direito à aposentadoria por tempo de contribuição. As empresas irão, com certeza, utilizar deste mecanismo para aumentar a rotatividade, que já é grande no nosso seguimento. Hoje, trocam um funcionário entre 45, 50 anos por dois de 20, com salário inicial bem menor e com mais disposição. E o que restará aos idosos?”

Serão obrigados a aguardar o tempo necessário para a aposentadoria por idade, com valores bem aquém do que se fosse por contribuição. Repudiamos a aprovação desse projeto. Agora só nos resta promover o debate com as lideranças nacionais das centrais, para ver como fica o futuro das aposentadorias por tempo de contribuição se esse PL hediondo passar. E se o projeto não defende este direito, temos que ir com todo nosso contingente barrar esse PL patronal no Senado e cozinhá-lo até o próximo processo eleitoral. Quem sabe assim ele desaparece de uma vez!”

Francisco Marins, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento e Distribuição de Água de Niterói e Diretor da Força Sindical



“Nós da indústria farmacêutica já vivenciamos a terceirização no passado, onde a empresa terceirizava para capacitar e efetivava aquele trabalhador depois. Havia um mercado para absorver. Hoje, o mercado está mais fechado e a terceirização só precariza as relações trabalhistas e gera subemprego. Quem entra na empresa, começa com salários baixos e a terceirização, além de acabar com a obrigação de capacitação pela empresa, só vai agravar ainda mais esse quadro. Nós somos radicalmente contra a terceirização da mão de obra da classe trabalhadora brasileira”

Alexsandro Diniz, presidente do Sindicato dos Propagandistas de Produtos Farmacêuticos de Macaé e Rio das Ostras



Anamatra manifesta preocupação com terceirização

Fonte: Anamatra



A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) manifestou preocupação com o PL 4330, em tramitação no Congresso Nacional, que trata da terceirização, por entender que precariza as relações de trabalho, entendendo como precarização a perda de qualidade dos postos de trabalho. A afirmação foi feita pela secretária-geral da Anamatra, Noemia Porto, em audiência pública na Comissão

de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal.

“Nessa linha, encontra-se projeto de lei que será apreciado por essa Casa. Trata-se do PL 4330. A questão central é a terceirização ser vista como fórmula de economia com a mão de obra. Os trabalhadores, porém, não podem ser vistos como mão de obra ou como simples mercadoria. São pessoas; pessoas trabalhadoras detentoras

dos direitos fundamentais previstos na Constituição”, disse.

Noemia Porto disse que a Anamatra defende uma agenda de trabalho decente, numa lógica similar àquela que tem sido defendida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para a Anamatra, “trabalhador é um conceito abrangente, que engloba todas as pessoas que necessitam viver do seu trabalho, e não apenas os trabalhadores

empregados. Preocupa-nos a temática geral do valor do trabalho humano”.

Na perspectiva do trabalho decente, são relevantes todas as ações articuladas em torno: a) da autonomia da negociação coletiva e da liberdade sindical; b) do combate ao trabalho forçado; c) do combate ao trabalho infantil; e d) da igualdade no trabalho, que envolve questões como raça, gênero, origem social, orientação sexual, etc.

Em nota oficial, OAB/RJ afirma que PL 4330/04 “afronta garantias constitucionais”

Fonte: OAB/RJ

A Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro lançou no final de abril nota oficial demonstrando preocupação quanto a proposta de regulamentação da terceirização de serviços, discutida pelo Congresso Nacional através do Projeto de Lei 4330/04. Segundo o documento, a terceirização das atividades fim das empresas agrava a precarização do trabalho e afronta, diretamente, garantias constitucionais.

NOTA OFICIAL:

Dentro de sua missão estatutária de defender a Constituição Federal, a Ordem dos Advogados do Brasil / Seção do Estado do Rio de Janeiro (OAB/RJ) vem demonstrar publicamente sua preocupação quanto à

proposta de regulamentação da terceirização de serviços, ora em discussão no Congresso Nacional por força do Projeto de Lei (PL) 4330/04.

Notadamente, o texto em vias de aprovação contempla a terceirização das atividades-fim das empresas – o que agrava a precarização do trabalho, além de afrontar diretamente garantias constitucionais.

Em seu artigo 7º, a Carta Magna prevê a possibilidade da ampliação do rol de direitos sociais mínimos assegurados aos trabalhadores, com vistas à melhoria de sua condição social. Com a aprovação do atual texto do PL 4330/04, o que se vislumbra é justamente o contrário, vez que permitirá tratamento

desigual – salários, benefícios e até representação sindical distintos – a trabalhadores exercentes das mesmas atividades em uma mesma empresa.

Tal cenário reduz direitos e solapa os sagrados princípios da isonomia e da dignidade da pessoa humana, retirando o real valor social que a Constituição da República atribui ao trabalho, e contraria a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos e a justiça social.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2015

**Ordem dos Advogados do Brasil,
Seccional do Rio de Janeiro**

Expediente:

Força Rio é uma publicação da Força Sindical do Estado do Rio de Janeiro. Rua Silvino Montenegro, 88, 88-A - Gamboa - Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.071-902. Tel.: (21) 2233-1450 / 2253-5451. fsindicalrj@fsindicalrj.org.br <http://www.fsindicalrj.org.br> <http://twitter.com/fsindicalrj> <http://youtube.com/fsindicalrj> <http://facebook.com.br/fsindicalrj>
Presidente: Francisco Dal Prá
Secretário de Imprensa e Comunicação: Marcelo Peres - imprensa@fsindicalrj.org.br
Jornalista responsável: Rose Maria (MTb -RJ -17070/78/21) – assessoria@fsindicalrj.org.br
Programação visual: Eiras Comunicação e Marketing Ltda-ME